

REVISTA DE DIREITO CIVIL



CIDPI Faculdade de Direito
Universidade de Lisboa

ANO 1 (2016), NÚMERO 4
DIRETOR: ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO

COMISSÃO DE REDAÇÃO:
ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO
MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA
PEDRO ROMANO MARTINEZ
LUÍS MENEZES LEITÃO

A *Revista de Direito Civil* dá corpo a uma aspiração pensada. Núcleo intangível da Ciência do Direito, o civilismo – ao qual, pela natureza das coisas, adere o processualismo – constitui, nos países de Direito continental, a base da dogmática jurídica.

O Direito civil elabora e aprofunda os conceitos básicos, difundindo-os até às periferias mais especializadas. Além disso, ele opera como a fonte, por excelência, das descobertas jurídicas e de novas leituras. Finalmente, o civilismo acolhe, das disciplinas periféricas, inspirações que, devidamente testadas, difunde no espaço do Direito.

A *Revista de Direito Civil* visa, ainda, pôr à disposição dos práticos e dos estudiosos as decisões judiciais inovadoras e dar notícia das obras mais significativas.



ISBN: 978-04-16-35535-2

ISSN 2183-5535

ISBN 978-04-16-35535-2

PVP € 22

RDC

ANO 1 (2016), N.º 4

REVISTA DE DIREITO CIVIL

ALMEDINA

DOCTRINA

António Menezes Cordeiro, *O contrato de agência e a boa-fé*

Francisco G. Prol, *Ordre Public et Arbitrabilité*

Luís Vasconcelos Abreu, *Responsabilidade médica. Apresentação de uma tese*

Francisco Aguilar, *A ideia de Direito ou uma das ideias de Direito?*

Carlos Lacerda Barata, *Contratos celebrados fora do estabelecimento comercial*

Hugo Luz dos Santos, *O jogo e a aposta nos casinos da Região Administrativa Especial de Macau:*

(breves) subsídios para o enquadramento jurídico da questão das “outstanding chips” e para a distribuição dinâmica do ónus da prova: um “admirável mundo novo” no gaming?

Tânia de Freitas Andrade, *Exercício abusivo do crédito fidejussório:*

omissão de informações devidas pelo credor fidejussório ao fiador

Guilherme Pires Henriques, *Do contrato-promessa de doação: um contrato misto*

Geovana Mendes Baía Moisés, *O abuso de direito como via de tutela de terceiros nos negócios celebrados por procuração tolerada no âmbito do Direito civil português*

ALMEDINA